5.º Determinar, dentro dos limites superiormente estabelecidos, a posição relativa de cada empresa industrial ou exportadora, sempre que a sua actividade venha a ser objecto de medidas de condicionamento económico;

6.º Acordar com os importadores estrangeiros os termos em que os agremiados poderão vender os seus produtos, dentro das condições aprovadas pela Junta Nacional dos Resinosos;

7.º Disciplinar o regime de obtenção da matéria prima utilizada pela indústria e a exploração do pinhal, podendo realizar, com esse fim, acordos com os organismos corporativos da lavoura;

8.º Colaborar com a Junta Nacional dos Resinosos nos serviços de propaganda, expansão e fiscalização da indústria e do comércio de exportação de produtos resinosos;

9.º Promover a melhoria de condições do pessoal empregado na indústria e no comércio de exportação de produtos resinosos, ajustando com os respectivos sindicatos nacionais contratos colectivos de trabalho e cooperando na fundação progressiva de instituições sindicais de previdência;

10.º Dar execução às disposições legais applicáveis e às determinações da Junta Nacional dos Resinosos, fazendo-as cumprir por parte dos seus agremiados e applicando as sanções que forem da sua competência.

§ único. Para a execução dos fins que lhe são próprias a União poderá instalar os serviços indispensáveis e além destes todos os que se considerem convenientes para a indústria ou comércio de exportação dos produtos resinosos e que não prejudiquem ou dupliquem os que são privativos da Junta Nacional dos Resinosos.

II — Dos órgãos da União e dos Grémios

Da direcção

Art. 4.º A União e os Grémios terão uma única direcção, constituída por um presidente, dois vogais efectivos e dois vogais substitutos, todos de nacionalidade portuguesa.

§ 1.º Um dos vogais efectivos e o seu substituto serão eleitos de entre os individuos com capacidade para representar as empresas inscritas no Grémio dos Industriais; o outro vogal efectivo e o seu substituto serão eleitos de entre os individuos com capacidade para representar as empresas inscritas no Grémio dos Exportadores.

§ 2.º Para o exercicio dos cargos de direcção não são elegíveis as sociedades, mas sim qualquer dos seus sócios, como seus representantes, desde que disponham de poderes de gerência.

§ 3.º Na falta ou impedimento temporário do presidente da direcção serão as suas funções exercidas pelo vogal efectivo mais idoso, e nesse caso, ou quando estiver impedido ou faltar algum dos vogais efectivos, serão chamados ao exercicio os vogais substitutos. Na falta ou impedimento definitivo do presidente da direcção proceder-se-á a nova eleição, apenas válida até termo do mandato que esteja correndo.

§ 4.º O Ministro do Comércio e Indústria poderá invalidar a eleição de um ou mais membros da direcção ou destituí-los, nos casos previstos na lei n.º 1936, de 18 de Março de 1936.

§ 5.º Nas hipóteses do parágrafo anterior proceder-se-á a nova eleição, dentro do prazo de quinze dias, para provimento das vagas existentes, não podendo fazer-se a reeleição dos mesmos nomes para esse exercicio.

Art. 5.º A direcção compete:

1.º Representar a União e os Grémios em juízo ou fora d'ele;

2.º Dar plena execução às disposições deste decreto e seus regulamentos e às deliberações do conselho geral;

3.º Organizar os serviços, contratar o pessoal e fixar a sua remuneração;

4.º Elaborar os regulamentos internos para serem submetidos à aprovação do conselho geral;

5.º Apresentar ao conselho geral o relatório da sua gerência anual e as respectivas contas, bem como o orçamento para o ano seguinte;

6.º Assinar, em nome da União ou de qualquer dos Grémios, acordos ou contratos colectivos de trabalho e demais compromissos de carácter corporativo, quando para tanto autorizada pelo conselho geral, e assegurar por todos os meios legítimos ao seu alcance a respectiva execução;

7.º Promover a applicação de sanções aos delinquentes e instruir os respectivos processos disciplinares.

Art. 6.º Para obrigar a União ou qualquer dos Grémios são bastantes as assinaturas do presidente da direcção e de um dos seus vogais, ou, no caso de falta ou impedimento do presidente, as dos dois vogais.

Art. 7.º A direcção deverá reunir sempre que o seu presidente o julgue necessário e obrigatoriamente todas as semanas, exarando-se as resoluções tomadas em livro próprio.

Art. 8.º Junto da União e dos Grémios, com poderes para conhecer de todos os actos e contas, receber quaisquer reclamações dos agremiados e velar pelo bom cumprimento da legislação que regula o exercicio da indústria e do comércio de exportação de produtos resinosos, e bem assim pelo bom e legal emprego das receitas, haverá um delegado do Governo, que assistirá às sessões da direcção, do conselho geral e das assembleas gerais dos Grémios ou suas secções, competindo-lhe ainda informar o Governo da actividade exercida pela União.

§ 1.º O delegado do Governo é de livre nomeação do Ministro do Comércio e Indústria, que fixará, por despacho, a respectiva remuneração, a qual, bem como as despesas de deslocação, será paga por força das receitas da União e dos Grémios.

§ 2.º O delegado do Governo tem o direito de opor o seu veto a todas as deliberações dos órgãos da União ou de qualquer dos Grémios que repute lesivas dos interesses da indústria ou do comércio de exportação dos produtos resinosos ou do Estado, ficando tais deliberações suspensas até resolução do Ministro do Comércio e Indústria ou do Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social, conforme a sua natureza.

Do conselho geral

Art. 9.º A União terá um conselho geral, assim constituído:

a) Dois representantes do Grémio dos Exportadores, eleitos por cada uma das secções da sua assemblea geral;

b) Cinco representantes do Grémio dos Industriais, sendo dois eleitos pela 1.ª secção da sua assemblea geral, um pela 2.ª secção e dois pela 3.ª secção.

§ único. O número de representantes admitidos ao conselho geral em representação de cada uma das secções da assemblea geral do Grémio dos Industriais poderá ser modificado, em portaria, pelo Ministro do Comércio e Indústria, sempre que a capacidade legal autorizada das fábricas classificadas nos três tipos previstos passe a manter entre si uma relação sensivelmente diversa da actualmente existente.

Art. 10.º Ao conselho geral da União compete, de uma maneira geral, deliberar sobre todos os assuntos que, nos termos do artigo 3.º, constituem atribuições da União e, em especial, compete-lhe o seguinte:

a) Eleger, de entre os seus membros, o presidente do conselho geral e o seu substituto;

- b) Eleger os membros efectivos e substitutos da direcção;
- c) Designar, de entre os seus membros, aqueles que devem representar, na Junta Nacional dos Resinosos, as actividades consideradas no artigo 4.º do decreto n.º 27:001, de 12 de Setembro de 1936;
- d) Fiscalizar os actos da direcção;
- e) Apreciar e discutir o relatório e contas anuais da União, bem como aprovar o seu orçamento;
- f) Fixar as cotas e jóias a cobrar dos agremiados;
- g) Fixar as remunerações ou gratificações dos membros da direcção;
- h) Aprovar os regulamentos, elaborados pela direcção, que forem necessários para o desempenho das atribuições da União;
- i) Deliberar sobre a aplicação das penalidades em que os agremiados venham a incorrer.

Art. 11.º O conselho geral reúne ordinariamente de dois em dois anos, no mês de Fevereiro, para eleição do seu presidente e respectivo substituto e dos membros da direcção, e todos os anos, no mês de Dezembro, para aprovação do orçamento, e no mês de Fevereiro, para apreciação das contas e relatório da gerência anterior.

§ único. O conselho geral reunirá extraordinariamente sempre que para tanto fôr convocado pelo seu presidente, a pedido do delegado do Governo, da direcção ou de duas tércas partes dos seus componentes.

Art. 12.º No conselho geral cada um dos seus componentes tem direito a um voto.

Art. 13.º Ao presidente do conselho geral compete dirigir e convocar todas as reuniões do mesmo conselho e das assembleas dos Grémios, bem como dar posse aos agremiados eleitos para o exercício de qualquer cargo.

Das assembleas dos Grémios

Art. 14.º A assemblea geral do Grémio dos Exportadores compreende duas secções:

1.ª secção — constituída pelas pessoas singulares ou colectivas que exerçam o comércio de exportação de produtos resinosos e não estejam inscritas no Grémio dos Industriais;

2.ª secção — constituída pelas pessoas singulares ou colectivas que exerçam o comércio de exportação de produtos resinosos e estejam inscritas no Grémio dos Industriais.

Art. 15.º A assemblea geral do Grémio dos Industriais compreende três secções:

1.ª secção — constituída pelas pessoas singulares ou colectivas que exerçam a indústria de produtos resinosos em fábricas de destilação no vácuo ou por coluna de pratos;

2.ª secção — constituída pelas pessoas singulares ou colectivas que exerçam a indústria de produtos resinosos em fábricas de destilação a vapor;

3.ª secção — constituída pelas pessoas singulares ou colectivas que exerçam a indústria de produtos resinosos em fábricas de destilação a fogo directo.

Art. 16.º As secções das assembleas gerais dos Grémios reunir-se-ão ordinariamente uma vez, de dois em dois anos, no mês de Dezembro, para elegerem os representantes ao conselho geral da União, previstos no artigo 9.º d'este decreto.

Art. 17.º As assembleas gerais dos Grémios ou as suas secções poderão ainda reunir-se extraordinariamente em qualquer altura, por deliberação do conselho geral, para emitirem o seu parecer sobre os assuntos que por aquele conselho forem submetidos à sua apreciação.

Art. 18.º Na eleição dos representantes dos Grémios ao conselho geral observar-se-ão as seguintes regras:

1.ª Os representantes de cada secção das assembleas gerais dos Grémios no conselho geral serão eleitos sô-

mente pelos agremiados inscritos em cada uma das secções consideradas;

2.ª A eleição dos representantes ao conselho geral só terá lugar quando cada secção das assembleas gerais fôr constituída, pelo menos, por três ou cinco agremiados, conforme devam ser eleitos um ou dois representantes;

3.ª Se qualquer das secções das assembleas gerais fôr constituída por menos de três ou cinco agremiados, conforme devam ser eleitos um ou dois representantes, estes acordarão entre si quem os deve representar no conselho geral;

4.ª Quando o acôrdo previsto no número anterior não se verifique no prazo de oito dias, a contar da data marcada para as eleições, o Ministro do Comércio e Indústria designará qual dos agremiados deverá representar a respectiva secção no conselho geral;

5.ª Se em qualquer das secções das assembleas gerais vier a estar apenas inscrito um número de agremiados igual ao dos representantes a designar para o conselho geral, fica-lhes competindo a respectiva representação;

6.ª Nenhum agremiado poderá ser designado para representar no conselho geral mais do que uma das actividades consideradas;

7.ª A cada agremiado cabe apenas um voto nas secções das assembleas gerais a que pertencer, constituindo dever de todos os agremiados comparecer ou fazerem-se representar na eleição dos representantes das respectivas secções;

8.ª Os agremiados, quando forem pessoas colectivas, apenas se poderão fazer representar nas assembleas dos Grémios por um dos seus gerentes ou por um dos seus sócios com poderes de gerência, salvo se, por carta dirigida ao presidente do conselho geral, derem procuração a outro agremiado para votar em seu nome; nenhum agremiado poderá representar na assemblea de cada secção mais de dois outros agremiados;

9.ª Todos os boletins de voto que na ocasião da sua contagem se verifique não obedecerem às normas contidas neste decreto serão considerados como boletins em branco; se no acto de apuramento de qualquer eleição forem encontrados boletins em branco, cada um deles será considerado como um voto atribuído à entidade mais votada;

10.ª No caso de haver duas ou mais entidades igualmente votadas, compete ao Ministro do Comércio e Indústria designar qual, de entre elas, deverá representar a secção no conselho geral;

11.ª São elegíveis para o conselho geral, como representantes de cada secção das assembleas gerais dos Grémios, todos os agremiados inscritos na respectiva secção;

12.ª Quando a eleição recaia numa pessoa colectiva, esta deverá designar um dos seus representantes legais, com poderes de gerência, para fazer parte do conselho geral.

III — Dos agremiados

Art. 19.º No Grémio dos Industriais de Produtos Resinosos estarão obrigatoriamente agremiadas todas as pessoas singulares ou colectivas que exerçam ou venham a exercer a indústria de produtos resinosos.

§ 1.º Consideram-se desde já sócios do Grémio dos Industriais todas as pessoas singulares ou colectivas actualmente inscritas como industriais na Junta Nacional dos Resinosos.

§ 2.º De futuro só podem ser admitidas como sócios do Grémio dos Industriais as pessoas singulares ou colectivas que paguem contribuição industrial pelo exercício da indústria dos resinosos e se encontrem legalmente autorizadas a exercer aquela indústria.

Art. 20.º No Grémio dos Exportadores de Produtos Resinosos estarão obrigatoriamente agremiadas todas as pessoas singulares ou colectivas que exerçam ou veuham a exercer o comércio de exportação de produtos resinosos.

§ 1.º Só podem ser admitidas como sócios do Grémio dos Exportadores as pessoas singulares ou colectivas inscritas como sócios do Grémio dos Industriais, ou as sociedades constituídas por pessoas naquelas condições, desde que obedeçam aos seguintes requisitos:

1.º Possuir a necessária idoneidade financeira e commercial;

2.º Pagar contribuição industrial como exportador de produtos resinosos;

3.º Estar matriculado como comerciante nas conservatórias do registo commercial;

4.º Satisfazer ao disposto no artigo 22.º do decreto n.º 27:001, de 12 de Setembro de 1936.

§ 2.º Continua temporariamente suspensa a inscrição de novos sócios no Grémio dos Exportadores, salvo na hipótese prevista no parágrafo anterior, até que o Ministro do Comércio e Indústria determine que deve cessar tal suspensão.

Art. 21.º A inscrição como sócio de qualquer dos Grémios integrados na União dispensa a inscrição como industrial ou como exportador na Junta Nacional dos Resinosos exigida pelo decreto n.º 27:001, de 12 de Setembro de 1936.

Art. 22.º Não poderão ser admitidos como sócios dos Grémios:

1.º Os falidos;

2.º Os que tenham aberto falência qualificada de fraudulenta ou hajam pertencido a qualquer sociedade dissolvida nessas condições;

3.º Os que tenham tido qualquer responsabilidade nos factos que deram origem à eliminação ou à suspensão, enquanto esta durar, de qualquer sócio e também as empresas de que façam parte pessoas nessas condições;

4.º Os que tiverem realizado concordata com os seus credores por valor inferior a 50 por cento do seu passivo, incluindo os juros à taxa de desconto do Banco de Portugal.

§ único. A inibição do n.º 2.º deste artigo não abrange os sócios comanditários das sociedades em commandita, simples ou por acções, e os accionistas e cotistas das sociedades anónimas e por cotas, quando não tiverem exercido gerência e administração à data da abertura da falência ou quando fiquem expressamente ilibados de responsabilidade.

Art. 23.º Constituem deveres dos agremiados:

1.º Pagar a jóia de inscrição por uma só vez e uma cota mensal;

2.º Acatar e obedecer às determinações da direcção, do conselho geral e da Junta Nacional dos Resinosos;

3.º Cumprir as obrigações que lhes caibam por efeito de contratos colectivos de trabalho;

4.º Prestar à direcção e à Junta as informações que lhes forem solicitadas;

5.º Comparecer nos locais para que forem convocados pela direcção e votar nas assembleas dos Grémios;

6.º Exercer os cargos para que forem designados;

7.º Cumprir todas as obrigações que lhes caibam por lei, e em especial as constantes do artigo 24.º do decreto n.º 27:001, de 12 de Setembro de 1936.

Art. 24.º São direitos dos agremiados:

1.º Exercer a indústria ou o comércio de exportação de produtos resinosos;

2.º Fazer parte das assembleas dos Grémios;

3.º Utilizar, nos termos regulamentares, os serviços de informação e investigação do Grémio ou da Junta Nacional dos Resinosos;

4.º Beneficiar, de uma forma geral, de todas as van-

tagens da organização da indústria ou do comércio de produtos resinosos e, em especial, da propaganda e defesa contra a concorrência desleal.

Art. 25.º Perdem os direitos de sócios:

1.º Os que deixarem de satisfazer às condições contidas no § 2.º do artigo 19.º ou nos n.ºs 1.º, 2.º e 3.º do § 1.º do artigo 20.º;

2.º Os que na sua actividade usarem de provada má fé ou da prática de fraudes;

3.º Os falidos, enquanto não se rehabilitarem;

4.º Os que durante três meses consecutivos deixarem de pagar as suas cotas;

5.º Os que forem suspensos, enquanto durar a suspensão;

6.º Os que tenham sido condenados pela União ou pela Junta Nacional dos Resinosos por infracção das regras que regem as suas actividades e não hajam cumprido as respectivas penalidades;

7.º Os que, por qualquer meio de publicidade, lançarem o descrédito sobre a União ou a Junta Nacional dos Resinosos;

8.º Os condenados por crime de difamação contra qualquer agremiado, quando aquela se refira ao exercício da respectiva actividade;

9.º Os que realizarem concordata nas condições previstas no n.º 4.º do artigo 22.º

§ único. A simples abertura de falência suspende o exercício dos direitos gremiais.

IV — Da disciplina corporativa

Art. 26.º Qualquer infracção às regras estabelecidas neste decreto e seus regulamentos ou às determinações da União dará lugar à aplicação das seguintes penalidades:

1.º Censura;

2.º Multa de 1.000\$ a 50.000\$;

3.º Suspensão temporária, até um ano, dos direitos de sócio dos Grémios;

4.º Eliminação de sócio dos Grémios.

§ único. A aplicação das penas previstas no corpo do artigo é da competência do conselho geral.

Art. 27.º Nenhum sócio poderá sofrer qualquer penalidade sem que tenha sido convidado a apresentar no prazo de dez dias, ou no que fôr fixado pelo delegado do Governo quando este julgue conveniente a sua intervenção, defesa escrita dos factos que lhe são imputados.

Art. 28.º Os sócios dos Grémios poderão recorrer para o Ministro do Comércio e Indústria, que resolverá em última instância, quando lhes tenham sido applicadas as penalidades de multa superior a 5.000\$ ou as previstas nos n.ºs 3.º e 4.º do artigo 26.º

Art. 29.º Sempre que a Junta Nacional dos Resinosos verifique uma infracção das previstas no artigo 26.º, praticada por um sócio dos Grémios, levá-la-á ao conhecimento da direcção da União, a fim de que sejam adoptadas as providências convenientes e applicadas as respectivas sanções.

§ único. Não sendo tomadas tais providências nem castigados os infractores, compete à Junta aplicar as penalidades previstas no artigo 25.º do decreto n.º 27:001, de 12 de Setembro de 1936.

Art. 30.º Sempre que a União verifique uma infracção das previstas no artigo 25.º do decreto n.º 27:001, de 12 de Setembro de 1936, deverá comunicá-la à Junta Nacional dos Resinosos, a fim de que se instrua os competentes processos disciplinares.

V — Das receitas e despesas

Art. 31.º Constituem receitas da União e dos Grémios:

1.º As jóias e as cotas pagas pelos agremiados;

2.º O produto das multas que pela União forem impostas aos agremiados;

3.º 20 por cento das taxas cobradas pela Junta Nacional dos Resinosos, nos termos do disposto no artigo 16.º do decreto n.º 27:001, de 12 de Setembro de 1936;

4.º Os juros dos fundos capitalizados;

5.º Quaisquer outros rendimentos ou benefícios permitidos por lei.

§ 1.º A Junta Nacional dos Resinosos depositará à ordem da União, na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, as importâncias que forem devidas nos termos do disposto no n.º 3.º do corpo deste artigo.

§ 2.º O Ministro do Comércio e Indústria poderá modificar, em portaria, por proposta da Junta Nacional dos Resinosos, a percentagem fixada no n.º 3.º do corpo deste artigo.

§ 3.º Todas as receitas da União e dos Grémios serão depositadas em conta corrente, à ordem da União, na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência.

§ 4.º Os levantamentos de fundos serão feitos por meio de cheque, observado o disposto no artigo 6.º, devendo o pagamento das despesas ser devidamente documentado.

Art. 32.º As despesas da União e dos Grémios são as que provierem da execução do presente decreto e dos seus regulamentos.

VI — Disposições gerais e transitórias

Art. 33.º O exercício anual da União e dos Grémios corresponderá ao ano civil.

Art. 34.º Os membros da direcção da União e dos Grémios respondem civil e criminalmente pelas faltas e irregularidades cometidas no exercício das suas funções.

Art. 35.º Em tudo o que se relacione com a acção social da União e dos Grémios, disciplina do trabalho, salários e comparticipação para os organismos sindicais de previdência, tanto a União e os Grémios como o delegado do Governo ficam sujeitos ao Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social.

Art. 36.º A primeira direcção da União e dos Grémios será presidida pelo delegado do Governo junto dos mesmos organismos e os restantes vogais da direcção serão nomeados pelo Ministro do Comércio e Indústria

de entre as pessoas que podiam ser eleitas para os mesmos cargos.

§ 1.º Continuam em exercício na primeira direcção da União e dos Grémios os vogais efectivos actualmente nomeados para exercerem idênticas funções na direcção do Grémio dos Exportadores de Produtos Resinosos.

§ 2.º O mandato da primeira direcção da União e dos Grémios terminará em Fevereiro de 1940.

§ 3.º O delegado do Governo promoverá as reuniões necessárias para a eleição do primeiro conselho geral da União e do seu presidente e respectivo substituto.

Art. 37.º O cargo de delegado do Governo junto da União e dos Grémios passará a ser exercido pelo actual delegado do Governo junto do Grémio dos Exportadores de Produtos Resinosos.

Art. 38.º Todo o activo e passivo do Grémio dos Exportadores de Produtos Resinosos, existente nesta data, é transferido para a União e Grémios a que se refere este decreto.

§ único. O pessoal em serviço no Grémio dos Exportadores de Produtos Resinosos transita para a União.

Art. 39.º Ficam revogados o artigo 23.º do decreto n.º 27:001, de 12 de Setembro de 1936, o decreto n.º 28:294, de 21 de Dezembro de 1937, o decreto n.º 28:584, de 11 de Abril de 1938, o artigo 3.º e seus parágrafos do decreto n.º 28:724, de 31 de Maio de 1938, e o decreto-lei n.º 29:430, de 7 de Fevereiro de 1939.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 25 de Maio de 1939. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *João Pinto da Costa Leite*.

Portaria n.º 9:226

Atendendo ao que propõe a Junta Nacional dos Resinosos: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Comércio e Indústria, ao abrigo do § 1.º do artigo 16.º do decreto n.º 27:001, de 12 de Setembro de 1936, alterar, até 31 de Dezembro do ano corrente, para \$03 a taxa cobrada por cada quilograma de água-raz exportada.

Ministério do Comércio e Indústria, 25 de Maio de 1939. — O Ministro do Comércio e Indústria, *João Pinto da Costa Leite*.